ORGANIZAÇÃO E GESTÃO NA ESCOLA PÚBLICA PAULISTA PÓS-REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Amanda Eloisa Vialli SCHREINER, Unesp/Rio Preto
Fernanda Motta de Paula RESENDE, Unesp/Rio Preto
Fundamentos teóricos da educação
amanda.e.vialli@unesp.br

Palavras-chave: Neoliberalismo. Reforma do Ensino Médio. Gestão Escolar.

1. Introdução

O debate sobre a identidade do Ensino Médio no Brasil é marcado por tensões históricas, intensificadas nas décadas de 1960 e 1970, quando organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, ampliaram sua influência na formulação das políticas educacionais dos países periféricos (ZIBAS, 2005). Nesse contexto, consolidou-se uma concepção de Estado mais regulador do que provedor, com ênfase em mecanismos de avaliação e na transferência de responsabilidades à sociedade civil. Essas disputas se aprofundaram na década de 1990, no contexto da elaboração da LDB nº 9.394/1996 e das redefinições educacionais decorrentes da Constituição de 1988.

A partir desse período, a Educação Básica ganhou centralidade nas agendas de organismos internacionais e de setores governamentais e empresariais, fortalecendo propostas de reforma voltadas à adequação da formação escolar às demandas do mundo do trabalho e da economia global. No Brasil, esse movimento materializou-se em novos marcos regulatórios, entre os quais se destaca a Lei nº 13.415/2017, que instituiu a Reforma do Ensino Médio e promoveu alterações significativas na organização curricular, especialmente por meio da flexibilização e dos itinerários formativos.

No estado de São Paulo, maior rede estadual de ensino do país, essas mudanças assumem particularidades relacionadas à dimensão do sistema, às diretrizes próprias de gestão e aos mecanismos de regulação implementados pela Secretaria da Educação. Nesse sentido, compreender a Reforma do Ensino Médio implica analisar não apenas suas diretrizes normativas, mas também seus efeitos sobre a organização e a gestão da escola pública paulista, considerando-a como expressão de um projeto de regulação das relações educacionais articulado às transformações do Estado em contexto neoliberal. Investigar essas implicações permite problematizar como as

políticas curriculares se materializam no cotidiano escolar e reconfiguram práticas administrativas, pedagógicas e formativas.

2. Procedimentos metodológicos

A pesquisa, de natureza qualitativa, tem como eixo central a análise documental, articulada à revisão bibliográfica. Parte-se do entendimento de que as políticas educacionais se materializam em dispositivos legais e normativos que orientam a organização e a gestão dos sistemas e das unidades escolares, justificando a centralidade da análise documental neste estudo.

No âmbito documental, serão examinados a Lei nº 13.415/2017, a legislação correlata, especialmente a Lei nº 9.394/1996 e suas normativas complementares, bem como documentos produzidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) relativos à implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual. A discussão sobre o neoliberalismo contemporâneo, fundamentada em Laval (2016) e Libâneo (2018), será mobilizada para compreender sua influência na configuração do Estado e das políticas educacionais, bem como na Reforma do Ensino Médio, entendida como parte dos processos de produção de consenso que sustentam essa racionalidade.

O estudo encontra-se em andamento, na fase final de consolidação dos resultados, e contempla a revisão bibliográfica sobre a temática e o mapeamento dos principais marcos legais dos períodos pré e pós-Reforma do Ensino Médio, com especial atenção à Rede Estadual Paulista e aos seus impactos na gestão escolar.

3. Resultados obtidos

Os resultados parciais indicam que a Reforma do Ensino Médio se articula a uma concepção de educação orientada por princípios de flexibilidade, utilidade e adequação às demandas do mercado, conforme discutido por Laval (2016). Essa perspectiva pode ser identificada na Lei nº 13.415/2017, especialmente na organização curricular por itinerários formativos, que materializa, no âmbito da escola pública, uma lógica de flexibilização e diversificação da formação.

À luz de Libâneo (2018), os processos de gestão expressam concepções distintas sobre a função social da educação e orientam a organização e o planejamento do trabalho escolar. Nesse sentido, os resultados apontam que a implementação da Reforma repercute nas práticas de gestão, que assumem papel central na operacionalização de suas diretrizes.

Embora a investigação esteja em andamento, observa-se que a aproximação entre

as esferas pública e privada não incide apenas sobre a organização curricular, mas também sobre os princípios que orientam a gestão e o funcionamento da escola pública paulista.

4. Considerações finais

Em suma, a década de 1990, marcada pela centralidade da Educação Básica nas agendas de organismos internacionais e de setores governamentais e empresariais, contribuiu para redefinir os rumos da educação brasileira. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996 constituíram importantes marcos regulatórios, ao mesmo tempo em que se intensificou a influência da racionalidade neoliberal sobre as políticas educacionais e as finalidades do Ensino Médio. Por meio da análise documental e da revisão bibliográfica, este estudo buscou compreender os processos históricos que culminaram na Lei nº 13.415/2017 e seus desdobramentos na organização e na gestão da escola pública paulista. Os resultados evidenciam que a implementação dos itinerários formativos e o avanço da plataformização na rede estadual de São Paulo expressam a consolidação de uma racionalidade neoliberal na educação, reconfigurando a gestão escolar sob princípios de gerencialismo, monitoramento e metas de desempenho.

5. Principais referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Planalto – Constituição Federal de 1988. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004. Reeditado por Boitempo Editorial, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Herccus, 2018. p. 85-88.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1067-1086, out. 2005.